

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Procuradoria Geral do Estado - PGE

**BALANÇO**

**BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64  
Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

	<b>R\$</b>	
ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.229.923,19	1.476.970,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.229.923,19	1.476.970,59
ESTOQUES	46.694,30	183.247,50
ALMOXARIFADO	46.694,30	183.247,50
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.276.617,49</b>	<b>1.660.218,09</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
IMOBILIZADO	8.254.374,46	11.671.286,61
BENS MOVEIS	6.549.574,73	8.926.496,38
BENS IMÓVEIS	3.651.233,56	4.004.683,61
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(1.946.433,83)	(1.259.893,38)
INTANGÍVEL	1.846.830,60	1.846.830,60
SOFTWARES	1.846.830,60	1.846.830,60
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>10.101.205,06</b>	<b>13.518.117,21</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.377.822,55</b>	<b>15.178.335,30</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64**  
**Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	31/12/2020
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.224.233,13	1.254.782,17
PESSOAL A PAGAR	488.309,06	909.346,12
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	735.924,07	345.436,05
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	319,12	6.772,99
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	319,12	6.772,99
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.795,67	-
VALORES RESTITUÍVEIS	6.795,67	-
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.231.347,92</b>	<b>1.261.555,16</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
RESULTADOS ACUMULADOS	11.146.474,63	13.916.780,14
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	11.146.474,63	13.916.780,14
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.146.474,63</b>	<b>13.916.780,14</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.377.822,55</b>	<b>15.178.335,30</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 03/03/2022 às 07:42 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 2 de 5

**BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64**  
**Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	31/12/2021	31/12/2020
ESPECIFICAÇÃO		
<b>ATIVO</b>		
Ativo Financeiro	2.229.923,19	1.476.970,59
Ativo Permanente	10.147.899,36	13.701.364,71
<b>Total Ativo (I)</b>	<b>12.377.822,55</b>	<b>15.178.335,30</b>
<b>PASSIVO</b>		
Passivo Financeiro	2.229.923,19	1.339.852,11
Passivo Permanente	735.924,07	-
<b>Total Passivo (II)</b>	<b>2.965.847,26</b>	<b>1.339.852,11</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>	<b>9.411.975,29</b>	<b>13.838.483,19</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 03/03/2022 às 07:42 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 3 de 5

**BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64**  
**Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 03/03/2022 às 07:42 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 4 de 5

**BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64**  
**Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

R\$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2021	31/12/2020
0100 – Recursos Ordinarios	-	18.835,40
0300 – Recursos Ordinarios	-	118.283,08
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>-</b>	<b>137.118,48</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal  
Módulo de Contabilidade

Relatório Emitido em 03/03/2022 às 07:42 por ESDRAS SIMIONATO PAZ

Página 5 de 5

### 3. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

#### 3.3 – Balanço Patrimonial

##### 3.3.1 - Conceito

Quadro Principal: Conforme o MCASP, o quadro principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro: é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso.

##### 3.3.2 – Notas Explicativas

###### Ativo Circulante

Nesse grupo de contas são registrados os elementos patrimoniais que são considerados caixa ou que podem ser convertidos em caixa após um período de 12 meses, com base na data da elaboração das demonstrações contábeis.

###### Nota 11 - Caixa e equivalentes de caixa

No Exercício de 2021 a conta caixa e equivalente de caixa, apresenta o saldo total de R\$ 2.229.923,19 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e três reais, dezenove centavos).

Em que pese termos justificado os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em notas anteriores (Balanço Financeiro), é de suma importância novamente evidenciarmos que o saldo apresentado na conciliação bancária de dez/2021 referente à unidade PGE no importe de R\$ R\$ 6.795,67 (seis mil, setecentos e noventa e cinco reais, sessenta e sete centavos), diverge com o saldo apresentado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa no importe de R\$ 2.229.923,19 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e três reais, dezenove centavos), em respeito ao princípio da Unidade de Tesouraria, na qual a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, e que os recursos disponíveis para a Procuradoria Geral do Estado são geridos pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN/RO, pois, conforme Decreto n. 20.288/2015 e suas alterações, compete à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, por meio da Gerência de Contas Bancárias do Tesouro – GCBT, a administração do Tesouro Estadual através do controle e acompanhamento da Conta Única (Conta "U"), de modo que, a Conciliação Bancária do saldo apresentado na conta única não cabe às unidades gestoras, e sim, à Secretaria de Finanças do Estado, nos termos do Decreto estadual mencionado e em observância ao Princípio da Unidade de Tesouraria, em que pese os recursos financeiros estar disponíveis à Procuradoria Geral para a execução financeira da unidade.

Desta forma, as unidades gestoras realizam conciliação bancária mensal apenas das contas derivadas, denominadas "Contas D".

Na unidade gestora 110003 – Procuradoria Geral do Estado, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciado no Balanço Patrimonial é composto pelas contas contábeis 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil) e 11111190100 – Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Conta Corrente: 001 02757X 0000109770 - Conta tipo "D"), que ao final do exercício de 2021 apresentaram saldo de R\$ 2.223.127,52 (dois milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e vinte e sete reais, cinquenta e dois centavos) e R\$ 6.795,67 (seis mil, setecentos e noventa e cinco reais, sessenta e sete centavos) respectivamente, totalizando um saldo de caixa e equivalentes de caixa no importe de R\$ 2.229.923,19 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e três reais, dezenove centavos).

Portanto, o recurso referente à Conta Única (Banco 001, Ag. 2757-x, Conta Corrente 100005) disponível à Procuradoria Geral do Estado e gerido pela Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, fora evidenciado no Balanço Patrimonial (conta contábil 11112400101 – Limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 0.1.00.1000000 – Conta Única Banco do Brasil)) da PGE com o saldo de R\$ 2.223.127,52 (dois milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e vinte e sete reais, cinquenta e dois centavos) em dez/2021, que somados aos recursos das Demais Contas - Contas Derivadas (Contas "D", conta contábil 11111190100) no importe de R\$ 6.795,67 (seis mil, setecentos e noventa e cinco reais, sessenta e sete centavos) representam fidedignamente o saldo dos recursos disponíveis à Procuradoria Geral do Estado em 31 de dezembro de 2021 no importe de R\$ 2.229.923,19 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e três reais e dezenove centavos).

Os recursos da Procuradoria Geral do Estado são da fonte de recursos ordinários próprios do Poder Executivo - Recursos do Tesouro - Fonte 0100.

###### Nota 12 - Estoques Material de Consumo

Apresentou no final do exercício de 2021 o saldo de R\$ 46.694,30 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais, trinta centavos), de todas as movimentações de entradas e saídas, conciliadas ao longo do exercício de 2021.

Conta Contábil	Valor
1.1.5.0.0.00.00 - ESTOQUES	46.694,30
1.1.5.6.0.00.00 - ALMOXARIFADO	46.694,30
Fonte: SIGEF/Balancete	

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020
07 - GÊNERO DE ALIMENTAÇÃO	3.013,79	19.293,65
16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	24.938,99	95.599,92
17 - MATERIAL DE PROC. DE DADOS	8.075,00	9.129,00
19 - MAT. DE ACOND. E EMBALAGENS	0,00	1.029,00
21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	5.083,53	7.374,03
22 - MATERIAL DE LIMPEZA	2.766,39	13.573,05
26 - MATERIAL ELÉTRICO	85,35	85,35
28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEG.	2.731,25	37.163,50
<b>Total</b>	<b>46.694,30</b>	<b>183.247,50</b>

Após reavaliações de saldos, realização de inventário físico e financeiro, desenvolvimento e aplicação de melhores práticas na gestão de estoques de almoxarifados, para que a unidade tenha mais efetividade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Procuradoria Geral do Estado ratifica os saldos apresentados de Estoques no importe de R\$ 46.694,30 (quarenta e seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais, trinta centavos) no Balanço Patrimonial de 2021, posto que, este representa fidedignamente o inventário físico-financeiro dos bens em almoxarifado da unidade em 31 de dezembro de 2021.

**Nota 13 - Imobilizado - Bens Móveis e (-) Depreciação Acumulada**

Os bens móveis registrados no Balanço Patrimonial da Procuradoria Geral do Estado, ao final do exercício de 2021, estão divididos da seguinte forma:

Bens Móveis	Valor (R\$)
123110100 MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS	179.222,95
123110200 BENS DE INFORMÁTICA	2.731.987,76
123110300 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.838.108,72
123110400 MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACION	25.568,00
123110500 VEÍCULOS	716.971,28
123110800 BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	1.767,52
123119900 DEMAIS BENS MÓVEIS	55.948,50
<b>Total Bens Móveis</b>	<b>6.549.574,73</b>

Considerando o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019, que regulamenta a gestão patrimonial, relativa aos bens móveis, no âmbito do Poder Executivo do Estadual, bem como considerando o processo de regularização patrimonial e a modernização da gestão patrimonial do Poder Executivo do Estado de Rondônia, foram realizadas as reavaliações dos bens móveis localizados ao longo do exercício de 2021, e incorporados ao patrimônio da Procuradoria Geral do Estado no exercício de 2021.

A Procuradoria Geral do Estado, por meio do Procurador Geral, constituiu Comissão através Portaria nº 881, de 28 de setembro de 2021, para realizar o Relatório anual e Inventário e Desfazimento de bens móveis permanentes, para o exercício de 2021, da Procuradoria Geral, com o objetivo principal de fazer o levantamento físico dos bens patrimoniais e a elaboração do relatório de Inventário físico e financeiro exercício financeiro de 2021.

De acordo ainda com o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019, art. 55, § único, inc. III, o Relatório Final de Inventário deverá constar a relação de “Bens Não Localizados” destacando a última localização registrada e seu respectivo responsável.

Durante o exercício de 2021 foram dispendidos esforços no sentido de regularização dos bens patrimoniais da Procuradoria Geral do Estado, com intuito de que, o Balanço Patrimonial represente os bens que realmente pertencem à unidade e com valores fidedignos.

Para isto, foi instruído o processo eletrônico SEI sob o número 0020.116723/2021-24 no âmbito da PGE. O processo teve a finalidade de realizar o levantamento e desfazimento dos bens não localizados constantes no relatório de inventário do ano de 2021, pela comissão nomeada através da Portaria nº 881, de 28 de setembro de 2021, o qual foi apresentado, pela comissão, planilha ID 0023151084, relacionando 3.040 (três mil e quarenta) bens móveis não localizados, totalizando um valor de R\$ 1.677.967,30 (um milhão, seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais, trinta centavos) registrado na Conta Contábil 12311990800 – Bens móveis a classificar, nessa relação de bens havia diversos bens com data de registro a partir de 1981, a maior parte dos bens relacionados não atendiam mais o conceito de ativo.

Ainda, de acordo com o Decreto nº 24.041, de 08 de julho de 2019, art. 50, § 4º, caberá sempre a Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento a realização dos desfazimentos, a Comissão nomeada pela Portaria nº 881, de 28 de setembro de 2021, elaborou a Informação nº 3/2021/PGE-DPAE (ID 0023179592), recomendando a baixa imediata dos bens não localizados e sem notícias superiores a 05 (cinco) anos, ou seja, de 2016 para trás, tomando essa decisão baseada nas orientações do processo SEI 0064.552649/2019-85, apresentado pela Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, através do Ofício-Circular nº 79/2019/SEPAT-COCEN, o qual apresenta as ações necessárias para a baixa de bens não localizados. Após manifestação do setor contábil e controle interno da unidade, foi determinado a baixa dos bens não localizados pelo gestor da PGE. Realizado dessa forma a baixa contábil no valor de R\$ 1.677.967,30 (um milhão, seiscentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais, trinta centavos), e ao final o processo SEI 0020.116723/2021-24, foi encaminhado à Corregedoria Geral da Procuradoria, para decisão acerca da necessidade de apuração de responsabilidade.

Ainda com a finalidade de regularizar a gestão do patrimônio da Procuradoria Geral e evidenciar valores fidedignos no Balanço Patrimonial da real situação de seus bens móveis, finalizamos e registramos a baixa contábil de processos de transferências de bens móveis em poder de outros, que por anos estavam parados e sem solução, por exemplo, o processo SEI 0020.210706/2018-87, de transferência de bens móveis da PGE

para Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, através do Ofício n.º 064/GAB/PGE, datado de 31/01/2013, autorizado a baixa pela ainda Coordenadoria Geral de Patrimônio Mobiliário e Imobiliário – CGPMI, por meio do Despacho realizado pelo Sr. Álvaro Lustosa Pires Junior, Coordenador Geral de Patrimônio – CGPMI/SEAD (ID 2079381), realizado a baixa contábil no valor de R\$ 213.925,36 (duzentos e treze mil, novecentos e vinte e cinco reais, trinta e seis centavos), da conta contábil 12311990200 - BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS, que havia saldo inicial no ano de 2021 no valor de R\$ 631.292,04 (seiscentos e trinta e um mil, duzentos e noventa e dois reais, quatro centavos), foram finalizados os processos de transferências e doação, que os bens já estavam no poder de outras unidades e reclassificação de bens em outras contas contábeis, resultando então R\$ 609.686,04 (seiscentos e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais, quatro centavos), restando um saldo contábil no valor de R\$ 21.606,00 (vinte e um mil, seiscentos e seis reais) na conta 12311990200 - BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS.

#### Nota 14 - Imobilizado - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis desta Procuradoria Geral do Estado, iniciou o exercício financeiro com saldo de 4.004.683,61 (quatro milhões, quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos) registrado pelo valor contábil bruto e no decorrer do exercício os Bens Imóveis desta PGE, foram inventariados e reavaliados pelo Órgão competente - SEPAT, conforme previsto no Decreto nº 22.067 de 29 de junho de 2017, nomeando profissionais habilitados para desenvolverem os trabalhos e ao concluírem, emitiram Laudos Técnicos e Certificados, devidamente assinados e homologados, através do processo SEI 0020.458440/2020-76, com os valores apresentados de reavaliação dos bens imóveis, foram realizados os ajustes, conforme quadro abaixo:

LOCALIZAÇÃO IMÓVEL	CONTA CONTÁBIL	TIPO DE BEM	VALOR INICIAL	VALOR REAVALIADO	VALOR DO AJUSTE
CACOAL	12321010300	EDIFÍCIO	1.207.581,06	1.005.311,17	- 202.269,89
	12321010400	TERENO	132.330,34	247.407,96	115.077,62
VILHENA	12321010300	EDIFÍCIO	1.208.691,85	1.031.212,80	-177.479,05
	12321010400	TERENO	277.128,48	163.974,79	-113.153,69
JI-PARANÁ	12321010300	EDIFÍCIO	925.235,18	977.689,77	52.454,59
	12321010400	TERENO	253.716,70	225.637,08	-28.079,62
<b>TOTAL</b>			<b>4.004.683,61</b>	<b>3.651.233,57</b>	<b>- 353.450,04</b>

CONTA CONTÁBIL	TIPO DE BEM	AJUSTE POSITIVO	AJUSTE NEGATIVO
12321010300	EDIFÍCIO	52.454,59	- 379.748,94
12321010400	TERENO	115.077,62	-141.233,31
<b>TOTAL</b>		<b>167.532,21</b>	<b>-520.982,25</b>

Ao final dos ajustes realizados os bens imóveis da Procuradoria Geral do Estado, registrou um valor contábil reavaliado no montante de R\$ 3.651.233,57 (três milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e trinta e três reais, cinquenta e sete centavos).

#### Nota 15 – Intangíveis (Softwares)

Perfizeram o saldo de R\$ 1.846.830,60 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta reais, sessenta centavos) registrado na conta contábil 1.2.4.1.1.01.00 - SOFTWARES pelo valor contábil bruto. Durante o processo de reavaliação esta classe contábil - intangíveis, não foram reavaliados, ficando para a comissão permanente de inventário e desfazimento, realizar os procedimentos de gestão patrimonial.

#### Nota 16 - Obrigações trabalhistas, previdenciária

Compreende valores a pagar totalizando em R\$ 1.224.233,13 (um milhão, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e três reais, treze centavos).

Atualmente, a Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP é responsável por gerenciar a execução orçamentária e financeira da folha de pagamento e recolhimentos dos encargos sociais e posterior efetuar os registros de regularização no SIGEF da PGE.

#### Nota 17 - Fornecedores e contas a pagar a Curto Prazo

Compreende valores de fornecedores não financiados a pagar no saldo de R\$ 319,12 (trezentos e dezenove reais, doze centavos), referente fatura de prestadora de serviços de dados com a empresa OI S/A, do mês 12/2021 inscrito em restos a pagar processados.

#### Nota 18 – Valores restituíveis

Refere-se à garantia de caução no valor de R\$ 6.795,67 (seis mil, setecentos e noventa e cinco reais, sessenta e sete centavos) em contrato celebrado entre a PGE e a empresa EDITORA FORUM LTDA, pelos serviços de “biblioteca virtual”, previsto no Contrato n.º 378/PGE/2021, instruído através do processo SEI n.º 0020.114966/2021-28, com vigência até 28/06/2022, o qual ficará retido e durante esse período terá rendimento de aplicação financeira, do qual ao final do contrato, não existindo pendências na execução do mesmo, será repassado à empresa EDITORA FORUM LTDA.

#### Nota 19 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

A conta “Superávits ou Déficits do Exercício” contém o saldo apurado entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

No exercício de 2021 foi apurado déficit de R\$ 2.318.259,23 (dois milhões, trezentos e dezoito mil, duzentos e cinquenta e nove reais, vinte e três centavos). Valor este representado quase que pela totalidade em virtude da desvalorização dos ativos após reavaliação, transferências e desfazimento de bens móveis realizada durante o exercício de 2021.

#### Nota 20 - Ajuste de Exercício Anteriores

A contabilização realizada na conta de Ajustes de Exercícios anteriores, ocorre pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes a referida conta. Foram lançamentos realizados por ajustes patrimoniais por reavaliações bens móveis e imóveis, incorporação e desincorporação de bens móveis.

Na conta de ajustes de exercícios anteriores ocorreram lançamentos negativos e positivos, resultando um saldo final na ordem de R\$ 452.046,28 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, quarenta e seis reais, vinte e oito centavos), de ajustes de reavaliação de bens imóveis no valor final de R\$ 353.450,04 (trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais, quatro centavos, o valor de 89.010,97 (oitenta e nove mil, dez reais, noventa e sete centavos) de ajuste na conta contábil 12311990800, corresponde a ajustes de valores de reavaliação de exercícios anteriores e o valor de R\$ 9.585,26 (nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais, vinte e seis centavos) ajuste de depreciação acumulada de exercícios anteriores da conta contábil 12311020100 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

#### Nota 21 - Superávit/Déficit Financeiro

Corresponde à diferença positiva ou negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, evidenciando por fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais.

A Procuradoria Geral do Estado no exercício de 2021, não apresentou superávit/déficit, devido o valor do seu ativo financeiro R\$ 2.229.923,19 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e três reais, dezenove centavos), subtraindo do valor do seu passivo financeiro no valor de R\$ R\$ 2.229.923,19 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e três reais, dezenove centavos), resultar no valor de R\$ 0,00 (zero). Resultado de esta Procuradoria Geral do Estado, envidar esforços necessários para regularizar suas contas de conciliação bancárias e demonstrar que não recebeu recurso do Tesouro do Estado maior que o necessário para executar suas atividades.

Porto Velho-RO, data e hora do sistema.

**ESDRAS SIMIONATO PAZ**

**Contador PGE/RO**

**CRC RO 005503/0-6**

**MAXWEL MOTA DE ANDRADE**

**Procurador Geral do Estado de Rondônia**



Documento assinado eletronicamente por **Esdras simionato paz, Contador(a)**, em 18/03/2022, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAXWEL MOTA DE ANDRADE, Procurador do Estado**, em 18/03/2022, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0024432389** e o código CRC **484B51B6**.